

o posicionamento da Política Penitenciária para minimizar a população carcerária. 4) Indicação nº 102/80 - da Câmara de Vereadores de Porto Alegre-RS, encaminhando Indicação do Vereador JORGE GOULART, sugerindo a criação de Centros Agrícolas e Educacionais destinados a menores marginalizados. 5) Ofício nº 8/80 - Do Meritíssimo Juiz de Direito de Cataguases-MG, oferecendo subsídios para a Comissão Revisora do Código de Processo Penal. 6) RG. 11.461/79 - Assembléia Legislativa de São Paulo, propoendo sugestões para a Comissão Revisora do Código de Processo Penal. 7) Expediente de 7.10.80 - Da Comarca de Monte Santo-MG - Encaminhando subsídios para a Comissão Revisora do Código de Execuções Penais.

8) Expediente de 8.10.80 - Procedente do Meritíssimo Juiz de Direito de João Monlevade-MG - encaminhando subsídios para a Comissão Revisora do Código de Execuções Penais. 9) Expediente de 7.10.80 - Da Procuradoria da República de Pernambuco, encaminhando subsídios para a Comissão Revisora do Código de Execuções Penais. 10) Expedientes nºs 9 e 250 - Da Embaixada do Brasil em Lisboa e Ministério das Relações Exteriores, respectivamente, informando que determinaram providências no sentido de que o Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, seja atendido na coleta de subsídios sobre o Sistema Penitenciário naquele País. 11) Expediente nº 116/80 - Procedente do Tribunal de Alçada de Curitiba, informando que os Juizes Criminais daquele Tribunal, consignaram em Ata um voto de regozijo ao Magistrado NEGI CALIXTO, pela sua inclusão ao CNPP.

Além disso o Senhor Presidente informou ao Plenário que no dia 10.10.80, reuniram-se em Brasília, no Ministério da Justiça, 4º andar, na sala destinada a este Conselho, sob a Coordenação do Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, os Senhores Conselheiros HEBER SOARES VARGAS e ALCÉO MORAES ALMEIDA, para tratar da organização de cursos para servidores penitenciários. A seguir e de acordo com o que ficou estabelecido na reunião anterior, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Ilustre convidado deste Conselho, Professor HÉLIO FONSECA, que com brilhantismo relatou sobre o tema "PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE", matéria abordada no VI Congresso realizado em Caracas-Venezuela, no período compreendido entre 25 de agosto e 5 de setembro último. A seguir o Sr. Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ para relatar sobre o estudo objetivando a realização de cursos para servidores penitenciários. O relator distribuiu aos Senhores Conselheiros, cópia de "Minuta de Anteprojeto", constante de 82 páginas do arcabouço do Programa Nacional dos cursos. O objetivo geral do Programa Nacional é o de: (1) Formação, (2) Treinamento e (3) Aperfeiçoamento de recursos humanos penitenciários para as administrações técnica, técnico-científica e diretiva dos estabelecimentos prisionais brasileiros. Os promotores do Programa serão o Ministério da Justiça, através do CNPP, e as Secretarias de Justiça das Unidades da Federação. Os participantes serão profissionais que exerçam ou deverão

exercer atividades na área penitenciária brasileira. O Programa prevê a realização dos seguintes cursos: (1) Cursos de Formação, nível técnico, destinados a formar Agentes de Segurança, Monitores profissionais de atividades correlatas; (2) Cursos de Treinamento, a nível técnico-científico, destinados a treinar Profissionais Liberais e outros de semelhantes categorias no exercício de suas funções penitenciárias; (3) Curso de Aperfeiçoamento, a nível diretivo, destinado a aperfeiçoar a política penitenciária de Dirigentes de Serviços ou Unidades Penitenciárias, incluindo, como convidados especiais, Juizes de Execuções Criminais. Em prosseguimento o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ abordou os seguintes aspectos mais específicos para cada "Curso": objetivo geral, objetivos específicos, promotores do curso, executores, participantes, número de vagas, pré-requisitos, requisito, local de realização, duração, corpo docente, metodologia de avaliação. Sugeriu então um "Currículo Mínimo" para cada Curso: (1) Cursos de Formação. Constarão de: A) Um Ciclo Básico, comum para Agentes de Segurança e para Monitores com as seguintes Disciplinas: Língua Portuguesa, Fundamentos de Psicologia, Legislação de Pessoal, Regimes Penitenciários, Organi-

zação Penitenciária, Princípios de Higiene e Primeiros Socorros; B) Um Ciclo Profissional com Estágio Supervisionado para Agentes de Segurança, com as seguintes Disciplinas: Segurança Física de Estabelecimentos Prisionais; Vigilância e Custódia de Presos; Segurança e Defesa Pessoal; Armamento e Tiro; Noções de Reintegração Social; e Estágio Supervisionado; B2) para Monitores, com as seguintes Disciplinas: Reintegração Social; Sociologia Criminal; Fundamentos de Sexologia; Recreação e Lazer; Noções de Segurança e Vigilância; e Estágio Supervisionado; C) Estágio Probatório (com atividades profissionais específicas para Agentes de Segurança ou para Monitores); (2) Cursos de Treinamento. Realização a nível dos seguintes Centros Regionais, que representarão uma ou mais Unidades da Federação: Belém - Pará, Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Rondônia, e Roraima; Fortaleza - Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte; Recife - Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Fernando de Noronha; Belo Horizonte - Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás; Rio de Janeiro - Rio de Janeiro e Espírito Santo; São Paulo - São Paulo; Curitiba - Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Porto Alegre - Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Constarão de: A) Disciplinas: Fundamentos de Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário; Noções Básicas de Pesquisa em Penitenciário; e Sociologia Criminal e Penitenciária; B) Seminários. (3) Curso de Aperfeiçoamento - Realização a nível nacional, em Brasília-DF. Constará de: A) Disciplina: Dinâmica Administrativa Penitenciária; B) Seminários. Ao concluir sua apresentação o Senhor Conselheiro Relator submeteu, para cada disciplina, uma proposta de "conteúdo curricular". A seguir, o Senhor Presidente passou o relatório à discussão e após, foi demonstrada uma aceitação geral do plenário, quando ainda, a Presidência solicitou aos Senhores Conselheiros que enviassem posteriori, por escrito, e, diretamente ao Relator das matérias, suas apreciações e sugestões. Merecendo aprovação a presente Ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora.

Bel. PIO SOARES CANEDO  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Assessora

## Ministério do Exército

### GABINETE DO MINISTRO

Portaria Ministerial nº 1.398, de 14 de novembro de 1980

Aprova o Regulamento do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (R-17)

### O Ministro de Estado do Exército,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 33 do Decreto nº 79.531, de 13 de abril de 1977, modificado pelo Decreto nº 81.639, de 09 de maio de 1978, e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército,

#### R E S O L V E:

1. Aprovar o Regulamento do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (R-17), que com esta baixa.

2. Determinar que o presente Regulamento entre em vigor na data de sua publicação, de vez que o anterior, aprovado pelo Decreto nº 72.589, de 10 de agosto de 1973, é considerado pelo Decreto nº 72.589, de 10 de agosto de 1973, é considerado pelo Decreto nº 72.589, de 10 de agosto de 1973, conforme previsto no Artigo 1º do Decreto nº 84.485, de 21 de fevereiro de 1980.

WALTER PIRES